



CADERNO DE FORMAÇÃO  
Projeto Brasil Local  
Economia Solidária e Feminista



Guayí - Democracia, Participação e Solidariedade  
[www.guayi.org.br](http://www.guayi.org.br)  
(51) 32127178  
Porto Alegre, maio de 2013

patuá.org.br

# ECONOMIA SOLIDÁRIA E ECONOMIA FEMINISTA

inibe a emancipação dos trabalhadores enquanto sujeitos protagonistas de direitos. A Economia Solidária afirma, a emergência de novo ator social de trabalhadores como sujeito histórico.

junho de 2003, III Plenária Nacional da Economia Solidária



## CADERNO DE FORMAÇÃO

Projeto Brasil Local  
Economia Solidária e Feminista

Coordenação: Helena Bonumá  
Equipe Técnica: Fabiana Araújo, Vanusca Silva,  
Estela Vilanova, Vicentina Oliveira e Rosane Mariani

Articuladoras estaduais:  
Simone Holanda - CE  
Francisca Eliane de Lima - RN  
Rosane Mariani - PE  
Maria Gercina Araujo - PA  
Patrícia Ferreira de Almeida - DF  
Sabrina Pedrosa - SP  
Claudia Cristina Abreu - RJ  
Joelma Domingues e Marici Mazepa - PR

Agentes:  
Maria das Graças Pereira e Ana Célia Batista - CE  
Joílma da Silva Barbosa e Rejane Angelo da Silva - RN  
Maria Rita da Cruz e Beatriz Barbosa Gomes - PE  
Maria Beatriz Ferreira Lima e Antonia Ferreira - PA  
Maria Diva Brito - DF  
Ana Maria Nepomuceno e Renata Moreno - SP  
Rose Marina Barros - RJ  
Maria Madalena da Silva e Aloir Cândido da Silva - PR  
Isabel Genelício, Lisia Renata Beck, Cristina Bottaro e  
Eva Rosangela Oliveira - RS

Guayí - Democracia, Participação e Solidariedade  
[www.guayi.org.br](http://www.guayi.org.br)  
(51) 32127178  
Porto Alegre, maio de 2013

Design gráfico - [www.patua.org.br](http://www.patua.org.br)



Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem obras derivadas sobre a obra original, desde que com fins não comerciais e contanto que atribuam crédito ao autor e licenciem novas criações sob os mesmos parâmetros

problemas sociais gerados pela globalização neoliberal.

2. A Economia solidária rejeita as velhas práticas da competição e da maximização da lucratividade individual.

3. A economia solidária rejeita a proposta de mercantilização das pessoas e da natureza às custas da espoliação do meio ambiente terrestre, contaminando e esgotando os recursos naturais no Norte em troca de zonas de reserva no Sul.

4. A economia solidária confronta-se contra a crença de que o mercado é capaz de auto-regular-se para o bem de todos, e que a competição é o melhor modo de relação entre os atores sociais.

5. A economia solidária confronta-se contra a lógica do mercado capitalista que induz à crença de que as necessidades humanas só podem ser satisfeitas sob a forma de mercadorias e que elas são oportunidades de lucro privado e de acumulação de capital.

6. A economia solidária é uma alternativa ao mundo de desemprego crescente, em que a grande maioria dos trabalhadores não controla nem participa da gestão dos meios e recursos para produzir riquezas e que um número sempre maior de trabalhadores e famílias perde o acesso à remuneração e fica excluído do mercado capitalista.

7. A economia solidária nega a competição nos marcos do mercado capitalista que lança trabalhador contra trabalhador, empresa contra empresa, país contra país, numa guerra sem tréguas em que todos são inimigos de todos e ganha quem for mais forte, mais rico e, freqüentemente, mais trapaceiro e corruptor ou corrupto.

8. A economia solidária busca reverter a lógica da espiral capitalista em que o número dos que ganham acesso à riqueza material é cada vez mais reduzido, enquanto aumenta rapidamente o número dos que só conseguem compartilhar a miséria e a desesperança.

9. A economia solidária contesta tanto o conceito de riqueza como os indicadores de sua avaliação que se reduzem ao valor produtivo e mercantil, sem levar em conta outros valores como o ambiental, social e cultural de uma atividade econômica.

10. A Economia solidária não se confunde com o chamado Terceiro Setor que substitui o Estado nas suas obrigações sociais e

## Pela construção de uma Política da Economia Solidária num Estado Democrático

1. A Economia Solidária é também um projeto de desenvolvimento integral que visa a sustentabilidade, a justiça econômica, social, cultural e ambiental e a democracia participativa.

2. A Economia Solidária estimula a formação de alianças estratégicas entre organizações populares para o exercício pleno e ativo dos direitos e responsabilidades da cidadania, exercendo sua soberania por meio da democracia e da gestão participativa.

3. A Economia Solidária exige o respeito à autonomia dos empreendimentos e organizações dos trabalhadores, sem a tutela de Estados centralizadores e longe das práticas cooperativas burocratizadas, que suprimem a participação direta dos cidadãos trabalhadores.

4. A economia solidária, em primeiro lugar, exige a responsabilidade dos Estados nacionais pela defesa dos direitos universais dos trabalhadores, que as políticas neoliberais pretendem eliminar.

5. Preconiza um Estado democraticamente forte, empoderado a partir da própria sociedade e colocado ao serviço dela, transparente e fidedigno, capaz de orquestrar a diversidade que a constitui e de zelar pela justiça social e pela realização dos direitos e das responsabilidades cidadãs de cada um e de todos.

6. O valor central é a soberania nacional num contexto de interação respeitosa com a soberania de outras nações. O Estado democraticamente forte é capaz de promover, mediante do diálogo com a Sociedade, políticas públicas que fortalecem a democracia participativa, a democratização dos fundos públicos e dos benefícios do desenvolvimento.

7. Assim, a Economia Solidária pode constituir-se em setor econômico da sociedade, distinto da economia capitalista e da economia estatal, fortalecendo o Estado democrático com a irrupção de novo ator social autônomo e capaz de avançar novas regras de direitos e de regulação da sociedade em seu benefício.

### A Economia Solidária não é:

1. A economia solidária não está orientada para mitigar os

## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| Apresentação .....   | 05 |
| 1. Metodologia: o caminho por onde desenvolvemos, coletivamente com as mulheres, o Projeto Economia Solidária e Economia Feminista ..... | 09 |
| 2. Patriarcado e divisão sexual do trabalho .....  | 11 |
| 3. Mulheres e Economia .....   | 13 |
| 4. Economia Feminista .....  | 15 |
| 5. Economia Solidária .....  | 17 |
| 6. Desafios Comuns (ecosol e ecofeminista): um outro mundo é possível .....  | 19 |
| 7. A Rede de Economia Solidária e Feminista: “a que será que se destina” .....   | 21 |
| 8. Homenagem .....   | 23 |
| 9. Referências sobre o tema .....  | 25 |
| 10. Anexos .....   | 26 |



### Pelo desenvolvimento de Cadeias Produtivas Solidárias

A Economia Solidária permite articular solidariamente os diversos elos de cada cadeia produtiva, em redes de agentes que se apoiam e se complementam:

1. Articulando o consumo solidário com a produção, a comercialização e as finanças, de modo orgânico e dinâmico e do nível local até o global, a economia solidária amplia as oportunidades de trabalho e intercâmbio para cada agente sem afastar a atividade econômica do seu fim primeiro, que é responder às necessidades produtivas e reprodutivas da sociedade e dos próprios agentes econômicos.

2. Consciente de fazer parte de um sistema orgânico e abrangente, cada agente econômico busca contribuir para o progresso próprio e do conjunto, valorizando as vantagens cooperativas e a eficiência sistêmica que resultam em melhor qualidade de vida e trabalho para cada um e para todos.

3. A partilha da decisão com representantes da comunidade sobre a eficiência social e os usos dos excedentes, permite que se faça investimentos nas condições gerais de vida de todos e na criação de outras empresas solidárias, outorgando um caráter dinâmico à reprodução social.

4. A Economia Solidária propõe a atividade econômica e social enraizada no seu contexto mais imediato, e tem a territorialidade e o desenvolvimento local como marcos de referência, mantendo vínculos de fortalecimento com redes da cadeia produtiva (produção, comercialização e consumo) espalhadas por diversos países, com base em princípios éticos, solidários e sustentáveis.

5. A economia solidária promove o desenvolvimento de redes de comércio a preços justos, procurando que os benefícios do desenvolvimento produtivo sejam repartidos mais equitativamente entre grupos e países.

6. A economia solidária, nas suas diversas formas, é um projeto de desenvolvimento destinado a promover as pessoas e coletividades sociais a sujeito dos meios, recursos e ferramentas de produzir e distribuir as riquezas, visando a suficiência em resposta às necessidades de todos e o desenvolvimento genuinamente sustentável.



se aos benefícios materiais de um empreendimento, mas se define também como eficiência social, em função da qualidade de vida e da felicidade de seus membros e, ao mesmo tempo, de todo o ecossistema.

6. A Economia Solidária é um poderoso instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades de todos, provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana.

### Princípios específicos

#### Por um sistema de finanças solidárias

1. Para a Economia Solidária o valor central é o direito das comunidades e nações à soberania de suas próprias finanças. São alguns dos elementos fomentadores de uma política autogestionária de financiamento do investimento do nível local ao nacional:

2. A nível local, micro, territorial: os bancos cooperativos, os bancos éticos, as cooperativas de crédito, as instituições de microcrédito solidário e os empreendimentos mútuos, todos com o objetivo de financiar seus membros e não concentrar lucros através dos altos juros, são componentes importantes do sistema socioeconômico solidário, favorecendo o acesso popular ao crédito baseados nas suas próprias poupanças.

3. A nível nacional, macro, estrutural: a descentralização responsável das moedas circulantes nacionais e o estímulo ao comércio justo e solidário utilizando moedas comunitárias; o conseqüente empoderamento financeiro das comunidades; o controle e a regulação dos fluxos financeiros para que cumpram seu papel de meio e não de finalidade da atividade econômica; a imposição de limites às taxas de juros e aos lucros extraordinários de base monopólica, o controle público da taxa de câmbio e a emissão responsável de moeda nacional para evitar toda atividade especulativa e defender a soberania do povo sobre seu próprio mercado.

## Apresentação:

### A Guayí e o Projeto Economia Solidária e Feminista

Esta cartilha é resultado do processo de formação que a Guayí realizou com cerca de 300 empreendimentos de mulheres da economia solidária durante o **Projeto Economia Solidária e Economia Feminista**, um projeto nacional voltado ao fortalecimento das iniciativas de geração de trabalho e renda constituídas por mulheres, de forma associativa e solidária.

O projeto foi uma das ações do Brasil Local: Economia Solidária em Desenvolvimento da **Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES/MTE**, sendo desenvolvido pela Guayí, de março de 2010 a outubro de 2012, com a participação de agentes de desenvolvimento e com o apoio de parcerias locais, em 9 estados (Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Pará), abrangendo as 5 regiões do país, numa rica amostra da diversidade étnica, cultural e regional do trabalho das mulheres.

A **Guayí** (nome que significa “semente” no idioma guarani, povo indígena da região sul do país) é uma entidade que busca, com o seu trabalho, desenvolver processos comunitários e projetos sociais, colaborando com a construção de políticas públicas com cidadania e participação, buscando estimular a auto-organização dos segmentos com os quais desenvolve seus projetos, na afirmação de direitos, na perspectiva de construção de um outro mundo possível. Assim, compartilhamos uma reflexão crítica sobre a realidade, fomentando estratégias e ações que se contraponham à lógica excludente do capitalismo. Para nossa atuação, temos como fundamento a auto-organização e a democracia participativa, o feminismo e a economia solidária, a ecologia e o respeito à diversidade, os direitos humanos e a resolução de conflitos sem violência, a democratização da comunicação, o fomento à

criatividade e ao conhecimento livre, a necessidade e a possibilidade de uma sociedade justa, democrática e solidária. A Guayí se organiza internamente em Núcleos e o Projeto Economia Solidária e Economia Feminista foi de responsabilidade do Núcleo Feminista Lua Nova. Para sua realização, contamos com parcerias nos estados e com o engajamento e a dedicação de articuladoras e agentes de desenvolvimento.

### As mulheres e a economia solidária

O Projeto confirmou com muita clareza que as mulheres são uma base importante da economia solidária, mas que economicamente continuam sendo os segmentos mais vulneráveis. Soma-se a isto o fato de que as mulheres também são as principais responsáveis pelos cuidados com filhos e famílias, além do trabalho doméstico cotidiano. Isto resulta numa segunda jornada de trabalho que, mesmo sendo pesada, permanente e socialmente necessária para o funcionamento da sociedade, ainda é invisível e desvalorizada. Esta jornada também influencia diretamente nas condições de trabalho das mulheres na economia solidária.

Podemos dizer que a economia solidária tem crescido como alternativa econômica, como movimento social e como política pública, mas ainda tem muito o que andar, principalmente para o fomento ao trabalho das mulheres. Assim, o Projeto apontou para a necessidade de avançarmos na articulação de possibilidades concretas para garantir a **visibilidade, a qualificação e a viabilidade econômica** das iniciativas produtivas das mulheres.

### A Rede de Economia Solidária e Feminista

Para avançarmos nessas conquistas, fica claro que precisamos fortalecer nossas práticas organizativas e autogestionárias, tanto na produção quanto na participação nos espaços de discussão política, nas decisões sobre as políticas públicas, nos fóruns de economia solidária, no movimento de mulheres e nas instâncias dos diversos movimentos sociais. É necessário o fortalecimento de

## Carta de Princípios da Economia Solidária

### Convergências - O que é a Economia Solidária

#### Princípios gerais

Apesar dessa diversidade de origem e de dinâmica cultural, são pontos de convergência:

1. a valorização social do trabalho humano,
2. a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica,
3. o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade,
4. a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza, e
5. os valores da cooperação e da solidariedade.

A Economia Solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida.

1. O valor central da economia solidária é o trabalho, o saber e a criatividade humanos e não o capital-dinheiro e sua propriedade sob quaisquer de suas formas.

2. A Economia Solidária representa práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular.

3. A Economia Solidária busca a unidade entre produção e reprodução, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que desenvolve a produtividade mas exclui crescentes setores de trabalhadores do acesso aos seus benefícios.

4. A Economia Solidária busca outra qualidade de vida e de consumo, e isto requer a solidariedade entre os cidadãos do centro e os da periferia do sistema mundial.

5. Para a Economia Solidária, a eficiência não pode limitar-

## 10. Anexos



### Marcha Mundial das Mulheres

#### O que é a Marcha Mundial das Mulheres?

A Marcha Mundial das Mulheres nasceu no ano 2000 como uma grande mobilização que reuniu mulheres do mundo todo em uma campanha contra a pobreza e a violência. As ações começaram em 8 de

março, Dia Internacional da Mulher, e terminaram em 17 de outubro, organizadas a partir do chamado “2000 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista”.

A inspiração para a criação da Marcha Mundial das Mulheres partiu de uma manifestação realizada em 1995, em Quebec, no Canadá, quando 850 mulheres marcharam 200 quilômetros, pedindo, simbolicamente, “Pão e Rosas”. A ação marcou a retomada das mobilizações das mulheres nas ruas, fazendo uma crítica contundente ao sistema capitalista como um todo. Ao seu final, diversas conquistas foram alcançadas, como o aumento do salário mínimo, mais direitos para as mulheres imigrantes e apoio à economia solidária.

Entre os princípios da MMM estão a organização das mulheres urbanas e rurais a partir da base e as alianças com movimentos sociais. Defendemos a visão de que as mulheres são sujeitos ativos na luta pela transformação de suas vidas e que ela está vinculada à necessidade de superar o sistema capitalista patriarcal, racista, homofóbico e destruidor do meio ambiente.

A Marcha busca construir uma perspectiva feminista afirmando o direito à auto-determinação das mulheres e a igualdade como base da nova sociedade que lutamos para construir.

nossos empreendimentos para o empoderamento e a conquista da autonomia econômica das mulheres. E isso começa com a visibilidade e a valorização do trabalho e da capacidade produtiva e de gestão das mulheres.

Com este objetivo, seguimos em frente, com a articulação da **REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E FEMINISTA**, uma rede nacional organizada em núcleos estaduais, fortalecendo nossa identidade, dando visibilidade ao nosso trabalho e às nossas ações, e fomentando articulações políticas e produtivas que integrem os empreendimentos participantes do projeto em cada estado, para avançar em estratégias e ações para sua sustentabilidade.

Esta cartilha tem o objetivo de socializar as principais questões que foram sistematizadas nas atividades de formação do Projeto Economia Solidária e Economia Feminista para que sirvam de subsídios para a continuidade da formação da Rede. Sugerimos que os diferentes pontos que a compõe sejam aprofundados nos empreendimentos como forma de seguirmos nesta caminhada coletiva de elaboração conjunta, de construção de direitos e autonomia econômica para as mulheres, para o fortalecimento de suas iniciativas produtivas, na perspectiva de uma economia solidária e feminista.

*Helena Bonumá - Guayí  
Coordenadora do Projeto  
Economia Solidária e Economia Feminista*



## 9. Referências sobre o tema

Perspectivas feministas para a igualdade e a autonomia das mulheres, Nalu Farias e Renata Moreno (orgs) SOF, SP, 2012;

Gênero e Desigualdade, Cadernos Sempre Viva, SOF, SP, 1997;

Trabalho doméstico e de cuidados, Maria Lúcia da Silveira e Neuza Tito (orgs) SOF, SP, 2008;

Pesquisa-educação entre mulheres, Rede Mulher, 1985;

Economia feminista e solidária, CONTAG;

Economia feminista e economia solidária, Sandra Quintela, PACS, RJ, 2006;

Marcha Mundial das Mulheres;

Fórum Brasileiro de Economia Solidária.



## 1. Metodologia:

O caminho por onde desenvolvemos, coletivamente com as mulheres, o Projeto Economia Solidária e Economia Feminista

O trabalho com mulheres coloca na roda a inadiável tarefa de colaborar com a construção coletiva de uma identidade que permita às mulheres vivenciarem-se como sujeito a partir do reconhecimento e da valorização de sua contribuição para a sociedade, bem como da afirmação de sua capacidade para superar os limites ainda impostos e se afirmar como parte ativa importante na gestação de um novo mundo solidário, fraterno e igualitário.

Para isso, o conhecimento mais aprofundado da realidade é uma necessidade insubstituível e o método de construí-lo é fomentando, no processo, o protagonismo das mulheres. Com essa preocupação, optamos por realizar, como o caminho do projeto, a recuperação da experiência das mulheres na economia solidária a partir da reconstrução da história por aquelas que a viveram, valorizando sua fala e sua participação no processo. Assim, fizemos, com as integrantes de cada empreendimento, a linha da vida da sua construção, as rodas de conversa a partir do roteiro do trabalho doméstico, a escrita coletiva de narrativas e o registro de testemunhos, como parte integrante da ação pedagógica que, em conjunto com as mulheres da economia solidária e com as agentes de desenvolvimento, passamos a desenvolver.

Para nós, este caminho busca alcançar pelo menos três objetivos:

1. conhecimento mais aprofundado da realidade para compreender melhor e ajudar a explicitar a condição *das mulheres* na economia solidária, tendo como ponto de partida a percepção que elas têm de sua condição;
2. construção de oportunidades *para as mulheres*



vivenciarem e refletirem coletivamente sobre sua condição e suas necessidades, tendo acesso às informações e aos resultados do que, juntas, estamos produzindo;

3. processos de elaboração coletiva de propostas **com as mulheres**, voltadas à qualificação das políticas públicas e ao fomento aos seus empreendimentos, bem como o apoio à sua organização e o incentivo à participação em movimentos e instâncias diversas.

Foi o que buscamos construir com o Projeto Economia Solidária e Economia Feminista. O desafio que está posto é a continuidade deste processo, reforçando este “sujeito” mulher na economia solidária, na sua dimensão social, econômica e coletiva - que se expressa na Rede. Mas também na dimensão individual, da vida de cada uma, como mulheres protagonistas de sua própria história.



## 8. Homenagem

Trazemos aqui nossa homenagem a **Dani Cristina Carvalho Boldrini**, companheira, feminista, militante e ativa construtora da economia solidária, integrante da Guayí e do nosso Projeto Brasil Local Economia Solidária e Economia Feminista que faleceu no início deste ano. Fica conosco a sua lembrança e o compromisso com a continuidade de nossas lutas.



qualificação de nossa produção (com sustentabilidade ambiental) e de escoamento de nossa produção (pontos fixos colaborativos; compra direta governamental; rede de consumo consciente etc);

- Precisamos utilizar os mais variados mecanismos de comunicação, para que possamos exercer um papel ativo, tanto para o compartilhamento de nosso conhecimento, quanto de nossas práticas autogestionárias e solidárias, visando a difusão do “direito ao trabalho associado”, como perspectiva de um novo modelo de desenvolvimento econômico - centrado nas pessoas e não no capital. Ou seja, uma “revolução” cultural e política;

- É importante reafirmarmos, desde já, que nossa Rede não se contrapõe as já existentes. Ao contrário: vem para SOMAR, articulando as ações feministas com a economia solidária para o empoderamento e o fortalecimento da autonomia econômica das mulheres;

Na rede, amarrações que nos inspiram a seguir em nossa própria trajetória de construção, rumo à nossa articulação, fortalecendo cada vez mais nossos laços e dando visibilidade às nossas ações. No caminho da construção de nossa sustentabilidade, e ainda que de maneira inicial, acreditamos que este momento pode significar o começo de uma nova etapa para os grupos autogestionários de mulheres. Assim, confiando no nosso potencial de tecelãs das redes e teias de nossas vidas, seguimos mais decididas rumo ao Bem Viver.



## 2. Patriarcado e divisão sexual do trabalho

Se olharmos uma “foto” de nossa sociedade, vemos que os homens estão principalmente no trabalho produtivo, na política e na esfera pública, enquanto as mulheres estão, principalmente, na esfera privada, ligadas à reprodução, ao trabalho doméstico, à criação dos filhos e cuidados diversos com a família e suas necessidades. Esse olhar superficial sobre a realidade pode dar a ideia de que, assim, homens e mulheres se complementam em uma situação “natural”, que tem garantido o “bom funcionamento” da sociedade através dos tempos.

Mas se aprofundarmos mais o nosso olhar, podemos ver que a situação é bem mais complexa, e que essa divisão de trabalho entre homens e mulheres não une - ao contrário, separa, com graves perdas para as mulheres e para a sociedade como um todo.

Essa divisão tem consequências: todo o trabalho necessário para a reprodução da vida, a carga das mulheres, não aparece como trabalho, é invisível. É um trabalho socialmente necessário, mas como não gera valor para o mercado, não é reconhecido e nem valorizado. É como se fosse apenas um problema privado de cada família e, dentro da família, uma responsabilidade das mulheres. Mas exige tempo, energia, e é feito todos os dias na sustentação da vida.

Por outro lado, as mulheres também trabalham, e cada vez mais, fora de casa, e são muitas vezes as mantenedoras principais do sustento da família. Estão na economia solidária, na agricultura familiar e no assalariamento rural e urbano, estão no serviço público e em várias profissões. Mas fazem isso com salários menores e desvantagens no acesso a cargos de chefia, sendo assim consideradas trabalhadoras de segunda categoria, mesmo em situação nas quais têm mais formação do que os homens. E somando-se uma jornada à outra o que temos é uma carga de trabalho permanente maior do que a dos homens. Então perdemos por todos os lados: nosso trabalho reprodutivo é desconsiderado, nosso trabalho produtivo é menos valorizado e temos em média

uma jornada de trabalho maior!

Constatamos, assim, que existe uma desigualdade bastante grande entre homens e mulheres, e que ela se reflete também em outras dimensões, como na violência sexual e doméstica, a desigualdade de acesso à direitos, às políticas públicas, aos frutos do desenvolvimento. Por isso, dizemos que vivemos num sistema patriarcal, assentado numa desigualdade grande de poder e de oportunidades entre homens e mulheres.

E essa situação não tem nada de “natural”: ela é resultado da divisão sexual do trabalho que, no sistema capitalista, se agrava.

#### **A presença das mulheres na economia**

As mulheres chefiam 35% dos lares no Brasil segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2009).

Representam quase a metade da força produtiva do país, num avanço enorme nas últimas décadas: em 1970, eram 6,2 milhões de trabalhadoras no país, contingente multiplicado para 43 milhões em 2009;

O “Retrato das Desigualdades” publicado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 20011) mostra o quanto é significativa a desigualdade resultante da divisão do trabalho entre os sexos:

**1. Número médio de horas semanais dedicadas ao trabalho doméstico, pela população de 16 anos ou mais, segundo o sexo, no Brasil em 2009:**

- mulheres: 25 horas / - homens: 10 horas

**2. Percentagem da população de mais de 10 anos em relação à realização de trabalho doméstico:**

- mulheres: 88,2% / - homens: 49,1%

**3. Participação da mulher na renda familiar:**

- 45%, quase metade da renda média familiar no Brasil;



## **7. A Rede de Economia Solidária e Feminista**

“A que será que se destina?...”

Nossa Rede é para articulação entre os empreendimentos, troca de experiência, fortalecimento da atividade produtiva, visibilidade e valorização do trabalho, construção de identidade e de pertencimento para, unidas, sermos mais fortes.

Assim, nossas propostas para construir sustentabilidade partem da

discussão nos empreendimentos, focando as situações locais, e avançam na articulação da REDE. As mulheres, além de produtos diversos, produzem conhecimento e precisamos compartilhar esses saberes, centrados na colaboração solidária. Trazemos aqui alguns pontos levantados nos Encontros Estaduais do Projeto Economia Solidária e Feminista, no segundo semestre de 2012, como um roteiro para aprofundarmos o debate e a formulação de estratégias para a construção de nossa Rede:

- Precisamos avançar em nossas práticas organizativas e autogestionárias, tanto na produção quanto na participação nos espaços de discussão política e de gestão da política pública, nos movimentos sociais, nos fóruns de economia solidária e no movimento de mulheres. É necessário o empoderamento e o fortalecimento econômico das mulheres que, apesar de constituírem maioria na economia solidária, ainda continuam sendo os empreendimentos mais vulneráveis;

- Sem esquecer o local onde estamos, vivemos e produzimos (com a possibilidade de melhor utilização de recursos locais, formação de pequenas redes e cadeias produtivas), precisamos dar um salto e ter um olhar nacional sobre nossos empreendimentos, possibilitando a formação de redes e cadeias maiores, a proposição de políticas públicas adequadas, bem como nossa formação política, e nossa expressão pública;

- Precisamos integrar nossa experiência de produção à discussão do comércio justo e consumo consciente, trocando experiências e buscando, com isso, novas e criativas formas de

dos desafios estruturais que devem ser enfrentados a partir de políticas afirmativas de valorização e fomento ao trabalho produtivo das mulheres e da extensão das práticas solidárias e autogestionárias à esfera do trabalho reprodutivo também.

Outro diferencial da economia solidária é a relação com a realidade local, com o desenvolvimento sustentável, onde a renda gerada fica no lugar, favorecendo a comunidade inteira. Isso dialoga de perto com a prática das mulheres na economia solidária, mais vinculadas aos processos participativos e comunitários. Da união e da síntese destas potencialidades, pode-se avançar significativamente em conquistas concretas que despertem a capacidade latente em nossas comunidades, fomentando o desenvolvimento local, fortalecendo um modelo alternativo e solidário, com participação e com responsabilidade social com os cuidados com a vida em todas as suas dimensões. Nesta perspectiva, a economia solidária tem um potencial importante de responder a demandas sociais às quais o mercado não atende.

Para isso, uma relação orgânica com o poder público é muito importante. Atualmente, um debate que vem sendo feito envolve as compras públicas: quais devem ser os critérios para um governo escolher um fornecedor? Incentivar a produção sustentável e autogestionária dos empreendimentos solidários deveria estar no programa de governos preocupados com desenvolvimento local, sustentabilidade e inclusão social, e esta discussão nós temos que pautar em todos os níveis - municipal, estadual e nacional. E isso nos coloca a urgência da aprovação do projeto de lei federal que garante a economia solidária, bem como toda a construção que decorre dessa possibilidade.



### 3. Mulheres e Economia

A palavra “*economia*” vem de duas palavras gregas: “*Oikos*”, que significa casa, lugar, e “*Nomia*” que significa regras, normas. A origem da ideia de economia, portanto, estava ligada ao cuidado com a casa e com o lugar em que se vive, provendo o que é necessário para a vida. E, disso, as mulheres entendem muito bem. A casa representa o espaço de produção e reprodução da vida, administrado pelas mulheres, onde elas assumem um papel central no cuidado com filhos, família e suas necessidades básicas e afetivas. É o lugar do trabalho doméstico cotidiano e contínuo, indispensável à tod@s nós. E havia um tempo na história em que a comunidade era a extensão da casa e a “*economia*”, a extensão dos cuidados à comunidade.

Hoje, no entanto, a palavra “*economia*” serve para nominar uma área do conhecimento e da prática social que dá conta das relações de produção em nossa sociedade, o estudo de como as pessoas produzem, como distribuem a produção e o consumo, como se relacionam no mercado, etc. Essa ideia de economia tem a pretensão de neutralidade e de objetividade, quase como se suas relações fossem decorrência “*natural*” do funcionamento da sociedade. Mas sabemos que as práticas e as políticas econômicas não estão fora do lugar e do tempo em que acontecem. Ao contrário, são produtos dos diferentes contextos e da história e, portanto, refletem e reproduzem suas contradições. Se vivemos num sistema que se assenta em classes sociais desiguais e no patriarcalismo, as relações econômicas da sociedade refletem e reproduzem esse padrão.

No capitalismo, a lógica do mercado tem como objetivo central o lucro. Desvaloriza o esforço necessário para a reprodução humana, a preservação da vida, os cuidados, o trabalho doméstico e todo o trabalho realizado fora da lógica mercantil/monetária que, pela histórica divisão sexual do trabalho, tem sido responsabilidade das mulheres. A divisão desigual destas responsabilidades entre homens e mulheres,

somadas à sua invisibilidade e desvalorização, contribuem para que uma série de práticas sociais necessárias para a produção da vida, não sejam consideradas relevantes na esfera econômica. E o resultado é que “economia” aparece como algo do universo masculino, da qual as mulheres pouco participam e pouco entendem.



## 6. Desafios Comuns:

### Um novo olhar para construir um outro mundo é possível

Um ponto em comum entre a economia feminista e a economia solidária é sua vocação contrária à lógica do capital e uma compreensão dos sistemas produtivos que vai além dos limites dos mercados, tendo como referências as necessidades humanas, o bem viver e a preservação do meio ambiente e do planeta onde habitamos. Também são valores de ambas a solidariedade, a necessidade de redistribuição equânime das tarefas, bem como a reciprocidade dos direitos e deveres.

Mas embora todos estes valores estejam presentes, eles ainda não estão consolidados como prática social, pois resultam de uma construção coletiva que precisa de tempo e de experiência concreta acumulada, e que não está livre de conflitos e de contradições e da influência contrária do mundo em que vivemos.

Na economia solidária, as mulheres têm a vantagem da solidariedade e da autogestão do dia a dia, podendo dividir melhor o tempo entre o trabalho doméstico, os cuidados e a produção. Mas esta responsabilidade com as tarefas reprodutivas continua centralmente com as mulheres, o que faz com que muitas delas tenham menos condições de produção em seus empreendimentos. Pelos dados do SIES - Sistema de Informações da Economia Solidária da SENAES/MTE, os empreendimentos de mulheres têm um número menores de integrantes. As mulheres ainda estão centralmente nos segmentos da alimentação, confecção, artesanato, reciclagem, quase que como extensão do aprendizado e da prática do trabalho doméstico. Se comparada aos empreendimentos masculinos, sua produção é mais reduzida e menos valorizada, sendo os segmentos mais vulneráveis da economia solidária.

Portanto, em alguns aspectos importantes, a economia solidária ainda reflete a desigualdade da sociedade, e este é um

decidindo juntos e compartilhando os resultados e as responsabilidades. E é um aprendizado complexo, pois vivemos numa sociedade capitalista, onde vigora a lógica do lucro, da competição e do individualismo. Então deve ser um esforço consciente, cotidiano e organizado.



## 4. Economia Feminista

A economia feminista questiona essa situação e denuncia o viés androcêntrico (centrado no homem) e o caráter abstrato da teoria econômica, cego a uma parte importante da realidade concreta de produção da vida em nossa sociedade. Como alternativa, a economia feminista propõe uma profunda transformação na economia, que integre todas as dimensões, tendo como princípio básico a satisfação das necessidades humanas, a igualdade entre homens e mulheres e a inclusão da solidariedade nas estruturas e relações econômicas, tendo como objetivo maior o bem viver de tod@s.

Assim, a economia feminista critica o modelo da economia capitalista, baseada na dominação masculina, na busca do lucro a qualquer preço e na exploração do trabalho. Para isso, procura demonstrar que, para a garantia da vida, é necessário muito mais do que as relações mercantis que se estabelecem no mercado, é necessário considerar o grande volume de trabalho doméstico e de cuidados que as mulheres realizam para manter suas famílias como trabalho necessário para a sustentabilidade e o bem estar da sociedade, reconhecendo que isto também faz parte da economia e entendendo que ambas as esferas se influenciam mutuamente.

Mas reconhecer o trabalho reprodutivo como econômico não significa enquadrá-lo no modelo mercantil, pensando-o na lógica do lucro e das vantagens. O trabalho reprodutivo tem características próprias não comparáveis às do mercado, como os afetos, a segurança emocional, a dimensão subjetiva, além de todos os cuidados, que também são fundamentais para a sustentabilidade da vida. Por tudo isso, para a economia feminista é necessária uma ruptura com a lógica capitalista.

## 5. Economia Solidária

Nessa perspectiva, a economia solidária assume uma importância estratégica como alternativa real de desenvolvimento. A economia solidária tem entre seus princípios a cooperação, a centralidade do ser humano, o respeito à diversidade, a valorização do saber local, o cuidado com o meio ambiente e com as pessoas, a justiça social, além da proposta da autogestão que garante a quem trabalha o poder de decisão sobre seu trabalho.

O capitalismo, ao contrário, se baseia numa divisão entre quem produz e quem se beneficia dos resultados da produção - e estes têm o poder de decidir. Essa separação tem origem nas desigualdades econômicas que resultam nas diferenças entre classes sociais. No capitalismo, o que vigora é a busca do lucro acima de qualquer coisa, a competitividade, o consumismo, a concentração de renda e de riquezas, o individualismo e a lei do mais forte - e o mercado capitalista é o lugar privilegiado dessas relações, em prejuízo das trocas necessárias para a garantia da vida e do bem-estar das pessoas e da sociedade como um todo.

A economia solidária se apóia na colaboração e no reconhecimento social e econômico das iniciativas associativas para produzir, comercializar e consumir. Assim, possibilita a integração entre produção, gestão e comercialização, mesmo que um coletivo não realize todas estas ações de forma associativa como, por exemplo, a agricultura familiar ou parcelas do artesanato. O importante é que promove a integração do saber com o fazer, agrega o planejamento com a gestão e a execução da produção e as formas de circulação, sejam elas mercantis ou não. A economia solidária fomenta soluções coletivas e criativas, a partir da definição de responsabilidades e de compromissos e, ao integrar produção com consumo constrói uma relação de maior proximidade entre produtores e consumidores.

A autogestão é uma forma de organizar a produção e as relações de trabalho sem chefes e patrões, com todas e todos

